AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias.

Referente ao 1º trimestre do exercício de 2023.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos conselheiros da
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A
Santos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias supracitadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Desestatização

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 “b”, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos. O projeto de desestatização do Porto de Santos foi submetido para a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) em setembro de 2022 e pautado em sessão extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2022, que resultou em pedidos de vistas ao processo, adiando sua apreciação para a sessão de 15 de março de 2023, data em que o assunto foi retirado de pauta. Em sessão ordinária de 22 de março de 2023 a decisão do colegiado foi pelo envio de ofício ao Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR) para manifestação quanto ao interesse em seguir com a desestatização. Com isso a apreciação do processo foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 31 de maio de 2023. Até este momento, e com base nas informações colhidas, este processo de desestatização não tem potencial para afetar as demonstrações contábeis de 31 de março de 2023. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Contrato de Arrendamento – Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Conforme Nota Explicativa nº 1 “c”, a Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir: • Ecoporto Santos S.A. – Contrato PRES28/98 – Acórdão 301-2022; • T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. – Contrato PRES31/98 – Acórdão 625-2022; • Terminal XXXIX de Santos S.A. – Contrato PRES01/97 – Acórdão 638-2022; • ADM do Brasil Ltda. – Contrato PRES41/97 – Acórdão 651-2022. A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados a Secretaria Nacional dos Portos – SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise pelas mesmas. Quanto ao Acórdão 301-2022, a Companhia está analisando a deliberação manifestada pela ANTAQ através do Ofício 456 -2023, recebido em 19 de abril de 2023. Até a data de encerramento desse relatório a administração da Companhia não tinha conhecimento de outros acórdãos publicados. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Nova Tabela Tarifária

Conforme Nota Explicativa nº 1 “a”, a nova estrutura tarifária iniciou em 1º de abril de 2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20 de abril de 2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados da entidade que obtiveram liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, foi concedida liminares para a Companhia através da 1ª e 2ª Vara Federal de Santos para que os associados dessas entidades depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31 de março de 2022. Os depósitos judiciais efetuados até 31 de março de 2023 importa em R$ 145,3 milhões. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Barueri, 5 de maio de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.05.08 10:43:53 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A
CNPJ 44.837.524/0001-07

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		**2.262.624**	**2.082.124**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.984.002	1.826.261
Contas a receber de clientes, líquidas	5	87.282	68.594
Direitos contratuais de arrendamento - Outorg	6	186.352	182.449
Estoques	-	490	484
Créditos tributários	7	1.509	1.514
Outros créditos	10	2.989	2.822
Não Circulante		**2.588.409**	**2.648.025**
Realizável a Longo Prazo		**949.712**	**1.070.374**
Direitos contratuais de arrendamento - Outorg	6	558.561	638.436
Créditos tributários	7	7.549	7.360
Partes relacionadas	8.1	272	272
Depósitos judiciais	9	107.630	114.614
Bens destinados à alienação	-	234	234
Imposto de renda e contribuição social diferido	32.1	274.651	308.509
Outros créditos	10	815	949
Imobilizado	11	1.634.246	1.573.277
Intangível	12	4.451	4.374
TOTAL DO ATIVO		**4.851.033**	**4.730.149**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		**732.945**	**743.658**
Salários, provisão de férias e encargos sociais	14	85.121	77.520
Fornecedores e prestadores de serviços	15	34.421	37.192
Impostos e contribuições	16	71.152	22.970
Benefícios pós emprego	17	42.147	41.149
Planos de pensão - contribuição mensal	17.1.2	2.999	3.047
Obras efetuadas por arrendatários	18	24.032	25.194
Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	19	387.287	383.675
Dividendos a pagar	24.3.1	-	129.979
Receita diferida	22	62.919	-
Outras obrigações	21	22.867	22.932
Não Circulante		**2.337.365**	**2.395.134**
Benefícios pós emprego	17	724.113	717.956
Obras efetuadas por arrendatários	18	66.169	73.574
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	19	132.303	132.316
Termo de ajustamento de conduta - TAC	20	39.342	23.096
Receita diferida	22	1.181.185	1.259.834
Créditos da União para aumento de capital	23	194.253	188.358
Patrimônio Líquido		**1.780.723**	**1.591.357**
Capital social	24.1	996.168	996.168
Lucros (prejuízos) acumulados		201.787	-
Reserva legal	24.2	43.563	43.563
Reserva de dividendos adicionais propostos	24.3	-	389.938
Reserva de retenção de lucros	24.4	389.938	-
Outros resultados abrangentes	24.5	149.267	161.688
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.851.033**	**4.730.149**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

DETALHE	Notas	31/03/2023	31/03/2022
Receita líquida	26	364.079	312.961
Custo dos produtos e dos serviços prestados	27	(80.890)	(73.859)
Lucro bruto		**283.189**	**239.102**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(4.293)**	**(41.494)**
Despesas administrativas e gerais	28	(52.262)	(39.541)
Outras receitas operacionais	29	72.833	240
Outras despesas operacionais	30	(24.864)	(2.193)
Resultado operacional		**278.896**	**197.608**
Resultado financeiro		**54.562**	**17.403**
Receitas financeiras	31	85.259	56.172
Despesas financeiras	31	(30.697)	(38.769)
Resultado antes dos tributos		**333.458**	**215.011**
Imposto de renda e Contribuição Social		**(122.764)**	**(79.784)**
Corrente	32.2	(88.906)	(53.210)
Diferido	32.2	(33.858)	(26.574)
Resultado líquido das operações continuadas		**210.694**	**135.227**
Participação nos lucros	34	(8.907)	-
Lucro líquido do exercício		**201.787**	**135.227**
Lucro básico por lote de mil ações	25	0,26	0,20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro líquido do exercício		201.787	135.227
Ganhos (perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido	17	(13.938)	3.782
Ganhos (perdas) atuariais - plano de saúde	17	348	1.970
Ganhos (perdas) atuariais - complementação de aposentadorias	17	1.169	844
Resultado abrangente		**189.366**	**141.823**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
				RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2021		**810.554**	**77.265**	**16.199**	**-**	**230.837**	**-**	**1.134.855**
Resultado do período de 01/01/2022 a 31/03/2022		-	-	-	-	-	135.227	135.227
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definic		-	3.782	-	-	-	-	3.782
Outros resultados abrangentes - plano de saúde		-	1.970	-	-	-	-	1.970
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias		-	844	-	-	-	-	844
SALDOS EM 31/03/2022		**810.554**	**83.861**	**16.199**	**-**	**230.837**	**135.227**	**1.276.678**
SALDOS EM 31/12/2022		**996.168**	**161.688**	**43.563**	**-**	**389.938**	**-**	**1.591.357**
Resultado do período de 01/01/2023 a 31/03/2023		-	-	-	-	-	201.787	201.787
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definic	17	-	(13.938)	-	-	-	-	(13.938)
Outros resultados abrangentes - plano de saúde	17	-	348	-	-	-	-	348
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias	17	-	1.169	-	-	-	-	1.169
Reformulação da proposta de distribuição de dividendos de 2022	24.3 e 24.4	-	-	-	389.938	(389.938)	-	-
SALDOS EM 31/03/2023		**996.168**	**149.267**	**43.563**	**389.938**	**-**	**201.787**	**1.780.723**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

DETALHE	31/03/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**201.787**	**547.281**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		-
- Depreciação e amortização	13.074	60.117
- Valor residual de ativos baixados	-	10
- Adição ao imobilizado por doação/contrapartida contratual	(70.919)	(2.617)
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias	3.600	12.984
- Provisão (Reversão), líquida - perdas com créditos liquidação duvidosa	(3)	529
- Provisão (Reversão), líquida de contas a pagar	620	(18.731)
- Outras provisões	16.247	23.096
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios pós emprego	2.046	15.477
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais	(27)	(5.736)
- Apropriação de receitas diferidas	(15.730)	(58.024)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados	1.556	63.323
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.858	85.009
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	77.284	(339.391)
Créditos tributários	(314)	509
Partes relacionadas	-	74
Depósitos judiciais	7.011	23.408
Outros ativos	(39)	500
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	(3.391)	655
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	7.602	13.660
Impostos e contribuições	48.182	(4.494)
Plano de Pensão e benefícios pós emprego	(22.889)	(92.845)
Obras efetuadas por arrendatários	(8.566)	(18.002)
Receita diferida	-	568.250
Créditos da União para aumento de capital	-	-
Outros passivos	(66)	(7.301)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	**290.922**	**867.741**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.801)	(16.665)
Aquisição de intangíveis	(401)	(1.501)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	**(3.202)**	**(18.166)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(129.979)	(307.783)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	**(129.979)**	**(307.783)**
Total dos fluxos de caixa	**157.741**	**541.791**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**157.741**	**541.791**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.826.261	1.284.470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.984.002	1.826.261
Transações que não envolveram caixa:		
- Adições ao Imobilizado por doação	70.919	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31/03/2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (e demais alterações posteriores), bem como por seu Estatuto Social.

Eventos Relevantes

a) Nova tabela tarifária

A vigência da nova estrutura tarifária iniciou em 01/04/2022. No entanto, a Companhia foi obrigada a interromper, em 20/04/2022, a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária para os associados de uma entidade que obteve liminar judicial para suspender a cobrança da nova tabela. Em 06/03/2023 outra entidade obteve liminar para o mesmo contexto, tendo efeito a partir de 09/03/2023 para seus associados.

A Companhia está envidando esforços mediante os meios legais para a retomada plena da vigência da nova estrutura tarifária, por entender que o novo modelo amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção pelos usuários dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas. Nesse contexto, foram concedidas liminares para a Companhia através da 1ª e 2ª Vara Federal de Santos, para que os associados das entidades depositem em juízo a diferença entre os valores cobrados pela nova estrutura tarifária e a tarifa vigente até 31/03/2022. Os depósitos judiciais efetuados até 31/03/2023 importa em R$ 145 milhões para primeira liminar e de R$ 0,3 milhão para a segunda liminar.

b) Desestatização

(Em revisão pelo Ministério de Portos e Aeroportos-MPOR).

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), através da Resolução CPPI nº 246, publicada no Diário Oficial da União de 16/09/2022, aprovou a modelagem e condições de desestatização da Autoridade Portuária de Santos S.A. e do Porto Organizado de Santos.

O projeto de desestatização do Porto de Santos foi submetido para a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) em setembro de 2022 e pautado em sessão extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2022, que resultou em pedidos de vistas ao processo, adiando sua apreciação para a sessão de 15/03/2023, data em que o assunto foi retirado de pauta. E, em sessão ordinária de 22/03/2023 a decisão do colegiado foi pelo envio de ofício ao MPOR para manifestação quanto ao interesse em seguir com a desestatização. Com isso a apreciação do processo foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 31 de maio de 2023.

c) Contratos de arrendamento - Reequilíbrio Econômico-financeiro

A Companhia tomou conhecimento de quatro acórdãos emitidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, referentes a pedidos de Reequilíbrios Econômico-Financeiro decorrentes dos contratos de arrendamento vigentes, conforme detalhado a seguir:

- Ecoporto Santos S.A. - Contrato PRES28/98 - Acórdão 301-2022;
- T-Grão Cargo Term. de Granéis S.A. - Contrato PRES31/98 - Acórdão 625-2022;
- Terminal XXXIX de Santos S.A. - Contrato PRES01/97 - Acórdão 638-2022;
- ADM do Brasil Ltda. - Contrato PRES41/97 - Acórdão 651-2022;

A Companhia se manifestou através de Ofícios endereçados a Secretaria Nacional dos Portos - SNPTA e/ou ANTAQ e estão em fase de análise pelas mesmas. Quanto ao Acórdão 301-2022, a Companhia está analisando a deliberação manifestada pela ANTAQ através do Ofício 456 -2023, recebido em 19 de abril de 2023.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis intermediárias são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.
As demonstrações financeiras intermediárias são preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2023 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
Na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações contábeis intermediárias, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de março de 2023, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme reunião realizada no dia 05 de maio de 2023.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis, estimativas, julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma das três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados e de arrendamentos, no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas no ativo não circulante.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.

Intangível
Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas
É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Fornecedores e prestadores de serviços
As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

Salários, encargos e contribuições sociais
Os salários, férias, participação nos lucros, acrescidos dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de arrendamento - IFRS 16 - CPC 06 (R2)
O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.
Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.
A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário nas demonstrações financeiras intermediárias.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro
As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita diferida
Os contratos de arrendamentos assinados pela Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pelo arrendatário e a data de término do contrato de arrendamento.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e despesas da Companhia. As estimativas são determinadas com base no melhor conhecimento existente na data da aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso. Os resultados dessas transações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas considerando as incertezas decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

As principais premissas relativas às incertezas são: a) valor residual do ativo imobilizado b) perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa c) Imposto de renda e contribuição social diferidos d) provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, as bases negativas da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias, sendo apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social, e respectivas realizações, estão suportados por projeções de resultados tributáveis e são revisados a cada encerramento de exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias tributáveis quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias, de arrendamento de áreas e fornecimento de energia elétrica estão sujeitas à incidência do PIS - Programa de Integração Social e da COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS - Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para os municípios onde são prestados os serviços (Santos e Guarujá).

As receitas auferidas com o fornecimento de energia elétrica estão sujeitas, além do PIS e COFINS, à incidência de ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, calculado pela alíquota de 18%.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	35.132	3.643
Aplicações financeiras	1.948.870	1.822.618
Total	1.984.002	1.826.261

4.2 - Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

	31/03/2023	31/12/2022
Fundo de renda fixa - BB	952.502	860.881
Fundo de renda fixa - CEF	996.368	961.737
Total	1.948.870	1.822.618

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS

	31/03/2023	31/12/2022
Contas a Receber - Circulante	87.282	68.594
Contas a Receber - Não Circulante		
Contas a Receber	6.461	6.461
Contas a Receber - recuperação judicial	15.794	15.797
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	(22.255)	(22.258)
Total Contas a Receber - Não Circulante	-	-

(i) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o Normativo interno da Companhia.

Movimentação da PECLD	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(22.258)	(38.067)
(+) Adições	-	(521)
(-) Reversões	3	16.330
Saldo final	(22.255)	(22.258)

6. DIREITOS CONTRATUAIS DE ARRENDAMENTOS - OUTORGA

Arrendatários	31/03/2023	31/12/2022
Petróleo Brasileiro S/A (STS08A)	456.570	447.605
Bracell SP Celulose (STS14A)	141.134	184.300
Eldorado Brasil S/A (STS14)	139.209	181.137
Cofco International (STS11)	8.000	7.843
Total	744.913	820.885
Circulante	186.352	182.449
Não Circulante	558.561	638.436

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	31/03/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	7.549	7.360
Impostos retidos sobre faturamento	225	177
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	1.284	1.337
Total	9.058	8.874
Circulante	1.509	1.514
Não Circulante	7.549	7.360

(i) A importância registrada em IRPJ e CSLL pagos a maior decorre do pagamento efetuado sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic. O procedimento de restituição foi solicitado, administrativamente, e está em análise junto a Secretaria da Receita Federal.

8. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os diversos órgãos da administração direta do poder executivo federal e os membros chave da administração da Companhia.

8.1 - Saldos em aberto com órgãos da administração direta

Os valores são decorrentes de cessão de funcionários aos órgãos da administração direta federal:

	31/03/2023	31/12/2022
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	172	172
Ministério do Trabalho	92	92
Ministério da Infraestrutura	8	8
Total	272	272
N° de funcionários cedidos	-	-

8.2 - Membros chave da administração da empresa

A nota explicativa 33.1 detalha a remuneração dos membros chave da administração.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/03/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais Trabalhistas	82.262	89.440
Depósitos Judiciais Cíveis	23.858	23.700
Depósitos Judiciais Tributários	1.510	1.474
Total	107.630	114.614

10. OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas (i)	2.537	2.235
Adiantamento de férias	681	949
Sinistros cobertos por apólice	364	360
Cobrança de Plano de Saúde	189	192
Diversos	33	35
Total	3.804	3.771
Circulante	2.989	2.822
Não Circulante	815	949

(i) As despesas antecipadas correspondem a apropriação por competência de licenças de uso de softwares no valor de R$ 1.812 (R$ 1.941 em 2022) e de apólices de seguro R$ 725 (R$ 294 em 2022).

11. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual depreciação	31/03/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	7.982	(7.170)	812	7.982	(7.076)	906
Veículos	10%	1.201	(872)	329	1.201	(838)	363
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	18.527	(17.713)	814	18.527	(17.624)	903
Equipamentos Diversos	5% a 20%	6.932	(3.227)	3.705	6.371	(3.160)	3.211
Outros Bens Móveis	10%	856	(720)	136	856	(715)	141
Equipamentos de Informática	10% a 20%	51.573	(39.937)	11.636	51.216	(38.988)	12.228
Edifícios	2% a 7%	44.560	(19.741)	24.819	44.560	(19.377)	25.183
Instalações	1,43% a 20%	862.316	(171.867)	690.449	862.316	(168.717)	693.599
Obras em Andamento	-	68.792	-	68.792	66.971	-	66.971
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	17.656	(14.479)	3.177	17.656	(14.307)	3.349
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(89.048)	12.229	101.277	(87.916)	13.361
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	1,43% a 7%	331.334	(125.272)	206.062	260.353	(121.787)	138.566
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	1,43% a 5%	46.534	(31.043)	15.491	46.534	(30.692)	15.842
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	108.238	-	108.238	108.238	-	108.238
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	1,43% a 7%	664.223	(176.695)	487.528	664.223	(173.836)	490.387
Total		**2.332.030**	**(697.784)**	**1.634.246**	**2.258.310**	**(685.033)**	**1.573.277**

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/03/2023
Mobiliário em Geral	906	-	-	(94)	-	-	812
Veículos	363	-	-	(34)	-	-	329
Máquinas Motores e Aparelhos	903	-	-	(89)	-	-	814
Equipamentos Diversos	3.211	561	-	(67)	-	-	3.705
Outros Bens Móveis	141	-	-	(5)	-	-	136
Equipamentos de Informática	12.228	357	-	(949)	-	-	11.636
Edifícios	25.183	-	-	(364)	-	-	24.819
Instalações	693.599	-	-	(3.150)	-	-	690.449
Obras em Andamento	66.971	1.821	-	-	-	-	68.792
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3.349	-	-	(172)	-	-	3.177
Bens Imóveis para Fins Industriais	13.361	-	-	(1.132)	-	-	12.229
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	138.566	70.981	-	(3.485)	-	-	206.062
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	15.842	-	-	(351)	-	-	15.491
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	108.238	-	-	-	-	-	108.238
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	490.387	-	-	(2.859)	-	-	487.528
Total	**1.573.277**	**73.720**	**-**	**(12.751)**	**-**	**-**	**1.634.246**

A estimativa da depreciação dos itens registrados no ativo imobilizado passou a utilizar, a partir de 31/12/2022, a premissa de valor residual nulo para fins de cálculo do montante depreciável durante sua vida útil, alterando a premissa utilizada que considerava um valor residual, para todo o ativo imobilizado, equivalente a 10% para fins de dedução do montante sujeito a depreciação. Esta mudança de estimativa tem impacto prospectivo no montante de depreciação registrada no custo/despesa do período iniciado em 2023.

12. INTANGÍVEL

O valor de R$ 4.451 (R$ 4.374 em 31/12/2022) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

		31/03/2023			31/12/2022		
Classe	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	5.548	(3.830)	1.718	5.548	(3.684)	1.864
Demais softwares	20%	19.087	(16.354)	2.733	18.686	(16.176)	2.510
Total		**24.635**	**(20.184)**	**4.451**	**24.234**	**(19.860)**	**4.374**

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/03/2023
Software - ERP	1.864	-	-	(146)	-	-	1.718
Demais softwares	2.510	401	-	(178)	-	-	2.733
Total	**4.374**	**401**	**-**	**(324)**	**-**	**-**	**4.451**

13. SEGUROS

A Companhia mantém seguros determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes, levando em consideração a natureza e o grau de risco por montantes suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos e/ou responsabilidades, conforme abaixo:

Limites de cobertura	31/03/2023	31/12/2022
Riscos operacionais (i)	50.000	50.000
Responsabilidade civil dos Administradores (ii)	40.000	40.000
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Automóveis (iv)	2.119	2.119
Casaco Marítimo Lancha Setenta (v)	312	312
Casaco Marítimo Lancha Spadarte (v)	3.445	-
Drones (vi)	1.192	-

(i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, avaliados em R$ 307.758, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista, com vigência de 01/05/2022 a 01/05/2023. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(ii) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia. O seguro tem vigência de 31/12/2022 a 31/12/2023.

(iii) Responsabilidade civil
A apólice de responsabilidade civil tem cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, com vigência de 01/05/2022 a 01/05/2023.

(iv) Automóveis
A Companhia possui seguro de veículos onde a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados, com vigência de 03/06/2022 a 03/06/2023.

(v) Casco Marítimo
A Companhia possui apólice de seguro de casco marítimo das Lanchas de Patrulhamento, com vigência da lancha Setenta sendo de 01/03/2023 a 01/03/2024 e a lancha Spadarte de 16/01/2023 a 16/01/2024.

(vi) Drones
A Companhia possui apólice de seguro de drones com vigência de 16/01/2023 a 16/01/2024.

14. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/03/2023	31/12/2022
Salários a pagar	8.951	9.019
Provisão de férias	25.512	27.383
Provisão de 13° Salário	3.249	-
Encargos sociais	4.811	5.706
PLR e Remuneração variável de administradores	42.598	35.412
Total	**85.121**	**77.520**

15. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais	13.439	16.452
Provisão - Fornecedores	20.982	20.740
Total	**34.421**	**37.192**

A Companhia possui contratos com prestadores de serviços e fornecedores com prazo médio de 30 dias para pagamento.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2023	31/12/2022
Imposto de Renda e Contribuição Social	41.712	28
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	17.322	10.478
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.395	6.945
Programa de integração social - PIS	3.683	2.218
Imposto sobre serviços - ISS	1.877	1.354
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.186	877
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	500	638
Retenção para seguridade social - INSS	477	432
Total	**71.152**	**22.970**

17. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/03/2023	Plano de Pensão Nota 17.1	Plano de Saúde Nota 17.2	Complementação de Aposentadoria Nota 17.2	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	697.882	13.045	48.178	759.105
Reconhecido no resultado	16.271	340	1.060	17.671
Custo do serviço corrente (patronal)	(18)	12	-	(6)
Custo dos juros líquidos	16.289	328	1.060	17.677
Reconhecido no PL - resultados abrangentes	13.938	(348)	1.169	14.759
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	13.938	(348)	1.169	14.759
Efeito caixa	(20.857)	(191)	(4.228)	(25.276)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(2.626)	-	-	(2.626)
Contribuições extraordinárias patronais	(4.551)	-	-	(4.551)
Termo de compromisso financeiro - TCF	(13.680)	-	-	(13.680)
Contribuição plano de saúde	-	-	-	-
Complementação de aposentadoria	-	(191)	(4.228)	(4.419)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2023	707.235	12.846	46.179	766.260
Circulante	42.147	-	-	42.147
Não Circulante	665.088	12.846	46.180	724.113

VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2022	Plano de Pensão Nota 17.1	Plano de Saúde Nota 17.2	Complementação de Aposentadoria Nota 17.2	Total
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	800.069	16.223	48.404	864.696
Reconhecido no resultado	65.332	1.381	4.199	70.912
Custo do serviço corrente (patronal)	(1.182)	-	-	(1.182)
Custo dos juros líquidos	66.514	1.381	4.199	72.094
Reconhecido no PL - resultados abrangentes	(83.620)	(3.808)	3.004	(84.424)
Remensuração: (Ganhos) perdas atuariais	(83.620)	(3.808)	3.004	(84.424)
Efeito caixa	(83.898)	(751)	(7.429)	(92.078)
Pagamentos:				
Contribuições paridade ativos e assistidos	(11.195)	-	-	(11.195)
Contribuições extraordinárias patronais	(19.380)	-	-	(19.380)
Termo de compromisso financeiro - TCF	(53.323)	-	-	(53.323)
Contribuição plano de saúde	-	-	(7.429)	(7.429)
Complementação de aposentadoria	-	(752)	-	(752)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	697.882	13.044	48.178	759.105
Circulante	41.149	-	-	41.149
Não Circulante	656.733	13.044	48.178	717.956

17.1 - Plano de Pensão

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criada em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

O Portus administra o plano de benefício multipatrocinado - Plano de Benefício Portus 1-PBP1, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob n° 19.780.005-29 sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria n° 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio do Parecer n° 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Benefícios Portus 1 - PBP1, CNPB n° 19.780.005-29, com implantação do Plano PBP-SPA (espelho), CNPB n° 2022.0007-65, para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (APS).

A PREVIC, em 28/09/2022, por despacho no processo n° 44011.005389/2022-40, informou:

a) com relação à documentação, observou que o processo foi instruído adequadamente com os documentos exigidos pela norma regente vigente da cisão;

b) que conforme Termo de responsabilidade de finalização de cisão - SPA (SEI 0488169), a data base efetiva da cisão ocorreu em 31/05/2022.

A mensuração da obrigação atuarial dos planos é dependente, em parte, da seleção de várias premissas atuariais. A Companhia utiliza atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego. A revisão atuarial efetuada pela empresa Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda está apresentada abaixo:

Premissas adotadas	31/03/2023	31/12/2022
1. Taxa de desconto (nominal)	9,775%	9,834%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,775%	9,834%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Base de Dados	31/03/2023	31/12/2022
Data efetiva	*30/11/2022*	*30/11/2022*
Participantes ativos (passivo principal)	137	137
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	3.988	3.988
Aposentados	2.332	2.332
Pensionistas	1.656	1.656
Número total de participantes	4.125	4.125
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	7,55	7,56

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	97.067	818.907
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(18)	-
3. Custo dos juros	2.303	19.126
4. Contribuições de participantes do plano	56	-
5. Benefícios pagos	-	(32.637)
6. (Ganho)/perda atuarial	(275)	6.835
6.a. (Ganho)/perda atuarial - mudança de premissas	440	2.950
6.b. (Ganho)/perda atuarial - ajuste de experiência	(715)	3.885
6.c. (Ganho)/perda atuarial - redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	6.305
8. Obrigação de Benefício Definido no final do período	**99.133**	**818.536**

Valor Justo dos Ativos do Plano	31/03/2023		31/12/2022	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	0,00%	-	0,000%
2.b Realizável (Prev e Adm)	578.512	69,681%	576.415	69,637%
Contribuições Contratadas	512.105	61,683%	509.938	61,606%
Outros ativos a receber	66.408	7,999%	66.477	8,031%
2.c Títulos Públicos	42.412	5,109%	41.914	5,064%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,000%	-	0,000%
2.e Ações	43.441	5,232%	46.637	5,634%
2.f Fundos de Investimentos	52.830	6,363%	57.406	6,935%
Renda Fixa	52.701	6,348%	57.275	6,919%
Imobiliário	129	0,016%	131	0,016%
2.g Investimentos Imobiliários	57.035	6,870%	54.840	6,630%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,000%	-	0,000%
2.i Precatórios - FND	55.501	6,690%	50.033	6,040%
2.j Outros - Depósitos Judiciários	494	0,060%	495	0,060%
Total Ativo	**830.225**	**100,000%**	**827.740**	**100,000%**
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		-	
(-) Contribuições Contratadas	(512.105)		(509.938)	
(-) Contribuições Contratadas e atraso	(4.685)		(3.386)	
(-) Uso Próprio	N/D		N/D	
(-) Exigível Operacional	(12.882)		(734)	
(-) Exigível Contingencial	(26.163)		(27.412)	
(-) Fundo Previdencial	(28.595)		(32.348)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(35.448)		(36.038)	
Valor Justo dos Ativos Inicial	**210.347**		**217.884**	
Rentabilidade projetada para o período	1.651		1.637	
Saldo Previdencial do período	(1.563)		(1.431)	
Valor Justo dos Ativos final	**210.434**		**218.090**	

Outras Premissas Atuariais	31/03/2023	31/12/2022
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica agravada em 10%	Tábua Biométrica desagravada em 10%	Taxa de Juros + 0,25%	Taxa de Juros -0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	901.828	934.651	902.991	932.808
Valor justo dos ativos do plano	210.434	210.434	210.434	210.434
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(691.394)	(724.217)	(692.557)	(722.373)
Passivo do Patrocinador - Redução de direitos (TCF)	512.784	512.784	512.784	512.784
Passivo do Patrocinador - contrib. Futuras (Assistidos)	90.614	93.912	90.731	93.727
Passivo do Patrocinador - contribuição Extraordinária	193.261	200.295	193.511	199.900
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	105.265	82.774	104.468	84.037
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(691.394)	(724.217)	(692.557)	(722.373)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa - (TCF)	512.784	512.784	512.784	512.784
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(178.610)	(211.433)	(179.773)	(209.590)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,73%	1,85%	-1,60%	1,65%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,24%	2,40%	-2,08%	2,14%

17.1.1 - Plano de Pensão - Termo de Compromisso Financeiro

Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial TCF	510.936	510.272
(-) Pagamentos	(13.682)	(53.324)
(+) Juros e atualização monetária	15.530	53.988
Saldo devedor remanescente	**512.784**	**510.936**
Circulante	42.147	41.149
Não circulante	470.637	469.787

17.1.2 - Plano de Pensão - Contribuição mensal

A importância de R$ 2.999 (R$ 3.047 em 31/12/2022) é correspondente à contribuição mensal referente ao mês de março dos planos de pensão de benefício definido e contribuição definida administrados respectivamente pelo PORTUS e Banco do Brasil S/A.

	31/03/2023	31/12/2022
Plano benefício definido - PORTUS	2.405	2.461
Plano contribuição definida - Banco do Brasil	594	586
Total	2.999	3.047

17.2 - Plano de Saúde e Complementação de Aposentadorias

	31/03/2023	31/12/2022
Plano de Assistência à Saúde (i)	12.846	13.045
Complementação de aposentadoria (ii)	46.180	48.178
Total	**59.026**	**61.223**

(i) Plano de Assistência à Saúde

A Companhia disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a Companhia deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS.

Para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a Companhia subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano e, desde 01/05/2021, o ex-empregado é responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, desde maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da Companhia, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da Companhia com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Premissas utilizadas nos cálculos

Item	31/03/2023	31/12/2022
Duration dos benefícios (anos)	8,10	8,10
NTN-B (vencimento)	2035	2035
Taxa indicativa da NTN-B	6,1312%	6,0970%
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a VP)	6,1312%	6,0970%
Inflação anual futura estimada	4,0200%	4,0200%
Taxa nominal anual de juros	10,3977%	10,3621%
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	10,3977%	10,3621%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	2,80%	2,80%
Taxa de Permanência no Desligamento	30,87%	30,87%
Taxa de Permanência na Aposentadoria	65,35%	65,35%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Familia Real	Familia Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

Segregação do Valor Presente da Obrigação

Detalhe	31/03/2023	31/12/2022
Benefícios a Conceder	1.584	1.610
Benefícios Concedidos	11.262	11.435
Total	**12.846**	**13.045**

(ii) Complementação de Aposentadoria

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passaram a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre **(a)** o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e **(b)** o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. Atualmente são 202 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes. Não existem mais funcionários ativos que preencham os requisitos de direito ao benefício.

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/03/2023	31/12/2022
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	48.178	48.404
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	1.060	4.199
4. Benefícios pagos	(1.889)	(7.429)
5. (Ganho) perda atuarial - Resultados Abrangentes	(1.169)	3.004
5.1 (Ganho) perda atuarial - mudança de premissas	814	(2.372)
5.2 (Ganho) perda atuarial - ajuste de experiência	(1.983)	5.376
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	**46.180**	**48.178**

Acordo individual para cessação do benefício de Complementação de Aposentadoria

Em 24/03/2022 foi entabulado Acordo Coletivo de Trabalho estipulando condições de adesão ao acordo individual de cessação definitiva do benefício de complementação de aposentadoria, mediante o pagamento de valor compensatório aos ex-colaboradores aposentados, admitidos pela Companhia Docas de Santos - CDS (atual APS).

O acordo encontra-se pendente de homologação judicial, no bojo do processo em trâmite perante o Centro judiciário de solução de conflitos do TRT2 (Cejusc), sendo que 59 ex-funcionários aderiram ao mesmo, cujo benefício mensal deixará de ser pago em relação a estes a partir da homologação e quitação compensatória.

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas "sítio padrão", conforme descrito a seguir:

a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	Saldo 31/12/2022	Correção	Pagamentos	Saldo 31/03/2023
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027)	97.436	(2.113)	(5.800)	89.523
Correção: IPCA/mensal				
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023)	1.332	24	(678)	678
Correção: TJLP/trimestral				
Total	**98.768**	**(2.089)**	**(6.478)**	**90.201**
Circulante	25.194			24.032
Não Circulante	73.574			66.169

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal das suas operações. A Administração, baseada na opinião e informações do Departamento Jurídico, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

19.1 Processos judiciais provisionados:

a) Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

b) Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes.

Movimentação das Provisões	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	**242.888**	**260.119**	**503.007**
(+) Adições	77.312	42.789	120.101
(-) Reversão e baixas	(99.694)	(7.423)	(107.117)
Saldo em 31/12/2022	**220.506**	**295.485**	**515.991**
(+) Adições	19.380	13.306	32.686
(-) Reversão e baixas	(26.590)	(2.497)	(29.086)
Saldo em 31/03/2023	213.296	306.294	519.590
Circulante	151.851	235.436	387.287
Não Circulante	61.445	70.858	132.303

19.2 Processos judiciais não provisionados.

Considerando a opinião do Departamento Jurídico, o montante abaixo estimado para processos judiciais possui expectativa de perda avaliada como possível e, devido a esta classificação, não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS.

	31/03/2023	31/12/2022
Processos Trabalhistas	101.815	102.310
Processos Cíveis (i)	1.473.536	1.419.863
Total	**1.575.351**	**1.522.173**

(i) Processos judiciais não provisionados - cíveis

Com relação aos processos cíveis classificados pelo Departamento Jurídico como perda possível no montante de R$ 1.473.536 (R$ 1.419.863 em 2022), destacamos os mais relevantes, que representam 78,1% do total (77,7 % em 2022):

Reclamante	Foro	31/03/2023	31/12/2022
Rodrimar S/A Transportes (I)	Santos	671.704	644.078
Consórcio Draga Brasil (II)	Seção Judiciária- DF	313.974	301.061
Ministério Público Federal (III)	Santos	164.966	158.540
Subtotal		**1.150.644**	**1.103.679**
Outros Processos		322.892	316.184
Total		**1.473.536**	**1.419.864**

I. **Rodrimar S/A Transportes** - Considerando que inexiste, até o momento, um valor definido judicialmente para mensurar a condenação desta, já transitada em julgado, procedeu-se, para fins de provisionamento, a uma análise pericial interna, amparada pelos critérios já anteriormente indicados pela AGU como compatíveis com a liquidação pretendida, resultando no valor estimado de R$ 51.801 (R$ 48.329 em 2022), atualmente provisionado como "provável". Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou como perda possível o montante de R$ 671.704 (R$ 644.078 em 2022), correspondente à diferença atualizada do valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A. A manutenção da decisão judicial vigente e a realização de nova perícia são essenciais para a determinação dos valores em litígio. A Companhia e a União Federal estão pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos não contemplados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente anulada. A empresa Rodrimar reivindica a revalidação do laudo pericial, justificando dessa forma a classificação do valor provisionado da demanda judicial segregado em provável e possível.

II. **Consórcio Draga Brasil** - Processo movido pelo consórcio contra a União e a Companhia, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro referente ao contrato administrativo N° 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente-anuente.

III. **Ministério Público Federal** - Ação civil pública proposta contra a Companhia e demais réus, em razão de supostos danos ao meio ambiente e população, decorrentes da exposição ao Sulfeto de Hidrogênio, proveniente da atividade de descarregamento de enxofre no Terminal Marítimo do Guarujá - TERMAG, em 01/06/2007. A Companhia entrou com embargos de declaração contra o Acórdão do TRF3, os quais ainda não foram julgados.

20. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

	31/03/2023	31/12/2022
TAC - Ponta da Praia (I)	23.660	23.096
TAC - Valongo-Paquetá (II)	15.682	-
Total	**39.342**	**23.096**

I. **TAC - Proteção e Prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia** - Foi proposta pelo Ministério Público Federal a ação civil pública n° 0004665-36.2015.6104 contra a Companhia, União Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, com vistas a "evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos".
Conforme entendimento defendido pelo Ministério Público Federal a referida dragagem alterou a morfologia de fundo do canal do Porto, tornando-o mais profundo e muito mais largo, o que resultou na modificação da hidrodinâmica local, gerando a entrada pelo canal de navegação de correntes e ondas maiores e mais velozes, que impactam a faixa de areia da Ponta da Praia e causa sua rápida erosão.

A Companhia assumiu compromisso, através de Termo de Ajustamento de Conduta, de adotar medidas para viabilizar a expansão do Projeto-Piloto conduzido pela Prefeitura Municipal de Santos e Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP para a redução da energia das ondas e recuperação, mitigação, proteção e prevenção dos efeitos da erosão costeira na Ponta da Praia de Santos, bem como concluir o projeto executivo em até 12 meses da data de assinatura do Termo. Os valores são corrigidos mensalmente pelo INCC.

II. **TAC - Recuperação e preservação da área Valongo-Paquetá** - Conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com força de título executivo extrajudicial, firmado entre as partes: Ministério Público do Estado de São Paulo, Município de Santos, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos e Autoridade Portuária de Santos, a Companhia tem as seguintes obrigações:

- Adotar medidas emergenciais para manutenção da integridade dos bens de interesse cultural e desaceleração do processo de arruinamento por exposição a intempéries, referente a estabilização estrutural dos Armazéns 1, 2, 3 e 4;
- Providenciar as várias intervenções previstas na área entre o Armazém 1 e o Edifício da extinta Diretoria de Operações da Companhia, na região do Valongo-Paquetá, compreendendo o trecho entre os Armazéns 1 e 12A;
- Adotar as medidas compensatórias: (I) destinação do Armazém 4 para uso cultural, gastronômico, turístico e atividades afins, sob gestão da Prefeitura Municipal de Santos; (II) construção e destinação à Prefeitura de Santos, para sua futura gestão, de praça pública entre as Casas de Pedra I e II; (III) destinação da Casa de Pedra II e do Armazém 7 para uso tecnológico, educacional, pesquisa e atividades afins, sob gestão da Companhia.

O valor da provisão contábil contempla parcialmente as obrigações da Companhia, sendo que ainda serão elaborados os orçamentos complementares das obras previstas no Termo de Ajustamento de Conduta. Os valores são corrigidos mensalmente pelo INCC.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamento de Tarifa Portuária (i)	12.748	12.704
Caução de garantia (ii)	8.429	8.525
Diversos	1.690	1.703
Total - Circulante	22.867	22.932

(i) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

(ii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Companhia envolvem montantes de outorgas que são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período compreendido entre a data de assunção da área pela arrendatária e a data de vencimento do contrato de arrendamento.

No período findo em 31/03/2023 foi reconhecido à receita a importância de R$ 15.731 (R$ 11.323 em 31/03/2022), conforme demonstrado a seguir:

Arrendatária	Total de meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2022	Adições	Apropriações	Saldo em 31/03/2023
Term. Exportador Santos	300	141	105.016	-	(2.188)	102.828
Cargill Agrícola S/A	300	141	131.727	-	(2.745)	128.982
Bradesco S/A	60	37	867	-	(65)	802
Eldorado Brasil S/A	300	274	230.833	-	(2.500)	228.333
Bracell SP Celulose	300	275	236.300	-	(2.550)	233.750
Petróleo Brasileiro S/A	300	290	545.224	-	(5.582)	539.642
Cofco International	300	293	9.867	-	(100)	9.767
Total			1.259.834	-	(15.730)	1.244.104
Circulante			-			62.919
Não circulante			1.259.834			1.181.185

A partir de 1° trimestre de 2023 a Companhia passou a classificar no Passivo Circulante o montante correspondente a 12 parcelas de receita diferida.

23. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela Companhia até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incidem atualização monetária.

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	188.358	341.585
Aumento de capital (i)	-	(185.614)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	5.895	32.387
Saldo final	**194.253**	**188.358**
- Principal	107.400	107.400
- Atualização monetária	86.853	80.958

(i) Na AGE realizada em 09/08/2022 foi aprovada a capitalização dos créditos da UNIÃO no montante de R$ 185.613.880,10, conforme Decreto Presidencial não numerado de 10/06/2011, bem como do acionista minoritário (Município de Santos). Em 28/09/2022 a AGE homologou o aumento de capital social da Companhia que passou a ser de R$ 996.168.262,54, conforme abaixo:

em reais

Acionistas	Capital Anterior	Aumento de Capital	Capital Social após Integralização
União Federal	810.554.381,15	185.613.879,80	996.168.260,95
Prefeitura Municipal de Santos	1,29	0,30	1,59
TOTAL	810.554.382,44	185.613.880,10	996.168.262,54

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 - Capital social

O Capital Social é de R$ 996.168 (R$ 996.168 em 31/12/2022) representado por 763.608.754.771 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A Companhia é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com 763.608.753.555 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.216 ações (0,00000016%).

24.2 - Reserva Legal

O saldo de Reserva Legal é de R$ 43.563 e foi constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação e limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

24.3 - Reserva de dividendos adicionais propostos

O Ofício nº 48/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 08/03/2023, expôs as orientações estratégicas do Ministério de Portos e Aeroportos para que a Administração da Companhia reapresente nova proposta de destinação de resultados que contemple a distribuição de dividendos limitada ao mínimo obrigatório, destinando o excedente do lucro líquido para a Reserva de retenção de lucros para a realização de investimento no projeto que envolve a preparação e construção do túnel imerso para ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá.

24.3.1 - Dividendos a pagar

O saldo de Dividendos a pagar registrado no passivo circulante (R$ 129.979 em 2022) foi atualizado com base na Taxa de Juros Selic, totalizando o montante de R$ 134.136 pago em 31/03/2023.

24.4 - Reserva de retenção de lucros

Em decorrência do Ofício nº 48/2023/ASSAD-MPOR/GAB-MPOR, de 08/03/2023, do Ministério de Portos e Aeroportos determinando a reapresentação de proposta pela Companhia da destinação do resultado do exercício do ano calendário de 2022, contemplando a distribuição de dividendos limitado a 25% do lucro líquido ajustado e o excedente destinado à reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos conforme orçamento de capital para o período de 2023 a 2030 no montante de 5,2 bilhões de reais, contemplando a construção da obra do túnel imerso para ligação seca Santos-Guarujá, conforme diretriz do Ministério de Portos e Aeroportos.

24.5- Outros resultados abrangentes

Os valores registrados nessa rubrica decorrem de itens que não serão reclassificados para o resultado acumulado e são revisados trimestralmente por empresa especializada em função de premissas atuarias. A composição do saldo no patrimônio líquido é de itens correspondentes a benefícios pós emprego, conforme discriminado abaixo:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	161.688	77.265
Ganho (perda) atuarial - plano de pensão de benefício definido	(13.938)	83.619
Ganho (perda) atuarial - plano de saúde	348	3.808
Ganho (perda) atuarial - complementação de aposentadorias	1.169	(3.004)
Saldo final	149.267	161.688

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido atribuído aos acionistas	201.787	135.227
Número de ações (em milhares) - média ponderada	763.608.754	666.681.188
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	0,26	0,20

26. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA A RECEITA LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos:

Receitas Tarifárias	31/03/2023	31/03/2022
- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário	131.106	143.413
- Utilização da Infraestrutura terrestre	51.183	39.302
- Acostagem	21.108	18.319
- Fornecimento de energia	7.896	14.683
- Outras receitas	5.251	4.133
Total Receitas Tarifárias	216.544	219.850
Receitas de arrendamento (Nota 26.2)	197.385	141.567
Receita Bruta	413.929	361.417
- Cancelamentos	-	(2.892)
- Imposto sobre serviços - ISS	(10.272)	(10.002)
- Imposto circulação de mercadorias-ICMS	(1.421)	(2.643)
- Programa de integração social - PIS	(6.806)	(5.872)
- Contribuição p/financiamento da seguridade social-COFINS	(31.351)	(27.047)
Receita Líquida	364.079	312.961

26.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura de acesso aquaviário:
  Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.

- Utilização da Infraestrutura terrestre:
  Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Acostagem:
  Remunera a utilização da infraestrutura de Cais, píeres e pontes de atracação, bem como as instalações, redes e sistemas, localizados na faixa de cais, para iluminação, água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, combate a incêndio, proteção ambiental, segurança do trabalho, sanitários e estacionamento, bem como vigilância dessas dependências portuárias;
- Serviços Gerais:
  A Companhia fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioga e de outros serviços complementares.

26.2 Receitas de Arrendamento

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela Companhia estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site https://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/.

Os principais contratos são:

ARRENDATÁRIOS	1T23	1T22	Var.%
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras	28.701	10.274	179,4%
Santos Brasil Participações S/A	26.233	26.051	0,7%
TES - Terminal Export. de Santos S/A	13.632	11.614	17,4%
Concais S/A	10.940	2.129	413,9%
TEC - Terminal Export. Cofco Ltda	10.018	2.237	347,8%
TEG - Terminal Exportador do Guarujá	7.917	6.741	17,5%
Hidrovias do Brasil Adm Portuária	7.339	2.887	154,2%
Fibria Term. de Celulose de Santos S/A	6.149	1.966	212,7%
Elevações Portuárias S/A	5.835	5.671	2,9%
Adm do Brasil Ltda	5.821	4.429	31,4%
Ecoporto Santos S/A	5.440	4.936	10,2%
Brasil Terminal Portuário S/A	5.277	5.332	-1,0%
AGEO Terminais e Armazéns Gerais S/A	5.103	4.789	6,5%
Terminal de Graneis do Guarujá S/A	4.382	4.031	8,7%
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	4.227	5.269	-19,8%
T Grão Cargo Terminal de Graneis S/A	3.692	3.690	0,0%
Bunge Alimentos S/A	3.183	1.151	176,6%
Localfrio S/A Armazéns Gerais	2.641	2.992	-11,7%
TEAG - Terminal de Exportação	2.563	2.468	3,9%
Marimex Despachos, Transportes e Serv. Ltda	2.239	2.123	5,4%
Subtotal	**161.332**	**110.780**	**45,6%**
Demais contratos	20.388	19.529	4,4%
Apropriação da receita diferida - nota 22	15.665	11.258	39,2%
Receita de arrendamento - nota 26	**197.385**	**141.567**	**39,4%**

27. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/03/2023	31/03/2022
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	28.503	28.883
Serviços de terceiros	26.653	20.737
Depreciação/amortização (i)	12.868	10.003
Encargos sociais	8.840	8.525
Aluguéis	2.427	2.287
Utilidades e serviços, materiais	1.599	3.424
Total	**80.890**	**73.859**

(i) Vide nota explicativa nº 11.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31/03/2023	31/03/2022
Demandas judiciais	25.396	14.317
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	15.437	14.504
Encargos sociais	4.436	4.164
Utilidades, serviços e materiais	2.288	2.361
Serviços de Terceiros	1.782	2.129
Órgãos Colegiados	918	970
Impostos, taxas e contribuições	408	383
Aluguéis	286	219
Outras despesas	1.311	494
Total	**52.262**	**39.541**

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/03/2023	31/03/2022
Doações (i)	70.919	-
Indenizações e multas contratuais	118	172
Cessão do direito da folha de pagamento	66	65
Venda de materiais - sucatas e outros	20	3
Outras	1.710	-
Total	**72.833**	**240**

(i) Doações recebidas da Portofer - Transporte Ferroviário Ltda, de 4 obras de engenharia localizadas na área portuária, conforme:

a. Termo de Doação 001/2021 - Obras de Infraestrutura, Obras de pavimentação e a construção de passarela, assinado em 02 de julho de 2021; e
b. Termo de Cooperação 001/2020 - execução da obra de infraestrutura ferroviária consistente no Adensamento da região do Macuco.

Vide nota explicativa nº 11.

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2023	31/03/2022
Termo de ajustamento de conduta (i)	16.246	-
PIS/COFINS sobre outras receitas	6.579	22
Custo Benefício Definido - Complem. aposentadoria	1.082	1.010
Plano de desligamento incentivado	-	9.437
Baixa de créditos incobráveis	-	867
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	-	9
Perda (ganho) atuarial plano de pensão	815	(8.865)
Plano de Saúde	150	139
Multas	1	35
Constituição (reversão) créditos de liquidação duvidosa	(3)	(867)
Outras	(6)	406
Total	24.864	2.193

(i) Vide Nota explicativa nº 20

31. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	63.339	31.163
Juros e variação monetária	19.957	24.722
Outras	1.963	287
Receitas Financeiras Totais	85.259	56.172
Despesas Financeiras		
Encargos sobre TCF - Plano de pensão	(15.529)	(23.272)
Juros pagos ou incorridos	(10.065)	(10.278)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.964)	(2.612)
Variação monetária	(1.139)	(2.607)
Despesas Financeiras Totais	(30.697)	(38.769)
Resultado Financeiro líquido	54.562	17.403

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração as incertezas nos tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

32.1 - Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	31/03/2023			
	Base de Cálculo	IRPJ -25%	CSLL- 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	213.296	53.324	19.197	72.521
Provisão Cível	306.294	76.574	27.566	104.140
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.794	3.949	1.421	5.370
Provisão PLR	8.735	2.184	786	2.970
Provisão Fornecedores	20.982	5.245	1.888	7.133
Impairment - Imobilizado	7.211	1.803	649	2.452
Termo de ajustamento de conduta	23.660	5.915	2.129	8.044
Prejuízo Fiscal IRPJ	212.995	53.249	-	53.249
Base Negativa CSLL	208.573	-	18.772	18.772
Total Geral		**202.243**	**72.408**	**274.651**

	31/12/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ -25%	CSLL- 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	220.506	55.126	19.845	74.971
Provisão Cível	295.485	73.871	26.594	100.465
Perdas crédito de liquidação duvidosa	15.797	3.949	1.422	5.371
Provisão Fornecedores	20.740	5.185	1.867	7.052
Impairment - Imobilizado	7.856	1.964	707	2.671
Termo de ajustamento de conduta	23.096	5.774	2.079	7.853
Prejuízo Fiscal IRPJ	325.039	81.260	-	81.260
Base Negativa CSLL	320.729	-	28.866	28.866
Total Geral		**227.129**	**81.380**	**308.509**

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

Ano	R$ mil
2.023	112.316
2.024	86.620
2.025	19.380
2.026	27.700
2.027	8.388
Demais anos	20.247
Total	**274.651**

32.2 - Conciliação da taxa do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

CONCILIAÇÃO DE TAXA		31/03/2023	31/03/2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL e após Participação nos lucros		324.550	215.011
Alíquota do IRPJ e CSLL (34%)		(110.348)	(73.104)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base 2023		
Incentivos fiscais	58	20	137
Lucro não tributado pelo adicional	60	6	6
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(17.575)	(5.976)	(5.289)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(370)	(33)	(30)
Outras (adições) e exclusões permanentes	(18.921)	(6.433)	(1.504)
Total dos ajustes		(12.416)	(6.680)
TOTAL		(122.764)	(79.784)

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(88.906)	(53.210)
Imposto de Renda Corrente	(65.353)	(39.108)
Contribuição Social Corrente	(23.553)	(14.102)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(33.858)	(26.574)
Imposto de Renda Diferido	(24.888)	(19.533)
Contribuição Social Diferido	(8.970)	(7.041)
TOTAL	(122.764)	(79.784)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	37,8%	37,1%

33 - REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: março/2023) pagas pela Companhia aos seus administradores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- Maior remuneração	48.916,20
- Menor remuneração	40.118,60
- Remuneração média	43.051,15
EMPREGADOS	
- Maior remuneração	44.028,99
- Menor remuneração	2.124,20
- Remuneração média	15.097,30
- Valor médio global dos benefícios	1.925,15

Na composição dos benefícios oferecidos estão inclusos: seguro de vida, auxílios moradia (exclusivo para administradores), alimentação, transporte e creche, plano de saúde e previdência privada.

Número de empregados	
Em 31/12/2022	837
(+) Admissões	1
(-) Desligamentos	10
Em 31/03/2023	828

33.1 - Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da Companhia tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia e são apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31/03/2023	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	82	35	23	514	654
Encargos sociais	16	7	4	159	186
Remuneração variável	-	-	-	172	172
Previdência complementar	-	-	1	45	46
Remuneração total	98	42	28	890	1.058
Remuneração média mensal	3,90	3,89	3,83	57,17	
Número médio de membros	7	3	3	4	

Exercício findo em 31/03/2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	72	36	23	500	631
Encargos sociais	14	7	4	209	234
Remuneração variável	-	-	-	-	-
Previdência complementar	-	-	1	46	47
Remuneração total	86	43	28	755	912
Remuneração média mensal	3,43	4,00	3,83	33,33	
Número médio de membros	7	3	3	5	

No Comitê de Auditoria um dos membros não é remunerado em função de participar também do Conselho de Administração.

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A partir de janeiro/2023 a provisão de participação nos lucros passou a ser reconhecida mensalmente em consonância com o regime de competência e não apenas a despesa efetiva ao final de cada ano como efetuado anteriormente.

Sendo assim, a Companhia reconheceu uma provisão correspondente a Participação nos lucros no montante de R$ 8.907, sendo R$ 8.735 como Participação nos lucros-Empregados e R$ 172 como RVA-Diretoria, correspondente aos resultados obtidos no 1° trimestre de 2023 combinado com a estimativa de alcance de um conjunto de indicadores e metas corporativas aprovadas pela SEST - Secretaria das Empresas Estatais.

ANDERSON POMINI
Diretor Presidente

BERNADETE BACELLAR DO CARMO MERCIER
Diretora de Administração e Finanças

ANTONIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Diretor de Operações

CARLOS EDUARDO BUENO MAGANO
Diretor de Infraestrutura

EDUARDO LUSTOZA
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

LUCIANA PARREIRA P. PEREIRA
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 188.629/O-3